



CLÁUSULAS E CONDIÇÕES CONTRATUAIS

EMPRESARIAL OI – VERSÃO 1.1 – PORTABILIDADE

IMPORTANTE: leia com atenção as Cláusulas e Condições Contratuais Empresarial Oi - Portabilidade. Ao assinar a Ficha de Pedido, sua empresa concordou automática e expressamente com todas as cláusulas e condições constantes neste instrumento, de acordo com os produtos e serviços contratados/indicados no Formulário de pedido.

TERMO DE SOLICITAÇÃO DE PORTABILIDADE DE CÓDIGO DE ACESSO DO SERVIÇO MÓVEL PESSOAL (SMP)

CONSIDERANDO que o CLIENTE, devidamente qualificado na Ficha de Pedido, e TNL PCS S.A., com sede na cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Jangadeiros, 48, Ipanema, inscrita no CNPJ sob o nº 04.164.616/0001-59 e 14 BRASIL TELECOM CELULAR S.A., com sede no Setor Comercial Norte, quadra 03, Bloco A, Ed. Estação Telefônica – Térreo – Parte 2, Brasília, inscrita no CNPJ sob o nº 05.423.963/0001-11, ora denominadas Oi, confirma o recebimento da Solicitação de Portabilidade, referente ao(s) Código(s) de Acesso informado(s) na Ficha de Pedido de Portabilidade, conforme dados fornecidos pelo Solicitante. **A Solicitação de Portabilidade não implica na transferência automática do Código de Acesso para a Oi.** A Portabilidade do Código de Acesso dependerá do atendimento às regras da Resolução ANATEL nº 460/07 e suas modificações, bem como das seguintes cláusulas:

1. Objeto

1.1. O presente termo tem por objeto o estabelecimento de regras e condições para o processo de portabilidade, requerido pelo Solicitante, de código de acesso originário de Prestadora (“Prestadora Doadora”) para a Oi, dentro do mesmo Serviço, em conformidade com o Regulamento Geral de Portabilidade, aprovado pela Resolução ANATEL nº 460/07 e suas modificações.

1.1.1. No Serviço Móvel Pessoal (“SMP”), a Solicitação de Portabilidade, realizada pelo titular do Código de Acesso em razão da mudança de prestadora, somente abrangerá a portabilidade do Código de Acesso dentro de uma mesma Área de Registro.

1.1.2. Não serão acatadas as Solicitações de Portabilidade que indicarem Código de Acesso:

(i) inexistente, (ii) não designado, (iii) temporário; (iv) designado a terminais de uso público;

(v) que não se adéquem às características estabelecidas em 1.1.1., acima ou (vi) que visarem a portabilidade do Código de Acesso de um Serviço para outro.

1.1.3. O(s) Código(s) de Acesso(s) cuja portabilidade foi solicitada, consta(m) na Ficha de Pedido de Portabilidade anexa ao presente documento.

1.2. Este documento regula unicamente as Solicitações de Portabilidade que impliquem em transferência de outra prestadora de Serviço Móvel Pessoal para a Oi, não abrangendo os demais casos previstos na regulamentação.

2. Processo de Portabilidade Numérica

2.1. O início do Processo de Portabilidade ocorrerá mediante a Solicitação de Portabilidade ora efetuada pelo titular do Código de Acesso, de outra prestadora para a Oi, de acordo com os dados e informações prestadas pelo Solicitante.

2.2. A Solicitação de Portabilidade receberá um número seqüencial, que será informado ao Solicitante, possibilitando o acompanhamento de sua solução por intermédio da Central de Atendimento através do 0800 031 0800.

2.2.1. O Solicitante autoriza a Oi, a seu exclusivo critério, a informar a resposta de sua Solicitação de Portabilidade pela Central de Atendimento, por mensagem eletrônica, pela internet, por mensagem de texto (SMS) ou por correspondência por escrito.

2.3. A Oi encaminhará as informações e os dados fornecidos pelo Solicitante à Entidade Administradora da portabilidade para autenticação junto à Prestadora Doadora, que terá o prazo de até 1 (um) dia útil para conferência e confirmação dos dados do Solicitante.

2.3.1. Entende-se por Entidade Administradora a pessoa jurídica neutra e independente da Prestadora Doadora e da Oi, cujas atividades permitem a operacionalização do Processo de Portabilidade entre as prestadoras.

2.3.2. O Solicitante é responsável pela veracidade e precisão das informações ora prestadas à Oi, arcando exclusivamente com as penalidades decorrentes de tal ato, inclusive com a negativa de sua Solicitação.

2.4. A Prestadora Doadora poderá recusar a Solicitação de Portabilidade, sem que qualquer responsabilidade possa ser imputada à Oi, nos seguintes casos: (i) informação de dados incorretos ou incompletos pelo Solicitante; (ii) Solicitação de Portabilidade de Código de Acesso inexistente, não designado, temporário ou designado a terminais de uso público; ou (iii) existência de outra Solicitação de Portabilidade para o Código de Acesso em questão que esteja em andamento.

2.5. Sendo aceita a Solicitação de Portabilidade pela Prestadora Doadora, observado o previsto no item 3.1. deste documento e preenchidas as condições a seguir, o Código de Acesso do Solicitante será portado para a Oi, no Plano de Serviço escolhido pelo Solicitante.

2.6. O Solicitante poderá pedir a Portabilidade de mais de um Código de Acesso por Bilhete de Portabilidade, desde que pertencentes ao mesmo titular e oriundos da mesma Prestadora Doadora, pagando o valor da Taxa de Portabilidade referente a cada Código de Acesso listado no Bilhete de Portabilidade.

2.6.1. Caso a Solicitação de Portabilidade prevista no item 2.6. acima tenha seu pedido negado para um ou mais Códigos de Acesso, o Bilhete de Portabilidade terá como resultado a recusa do pedido, independentemente do número de Códigos de Acesso que eventualmente pudessem ser portados. Nessa hipótese, o Solicitante permanecerá com os Códigos de Acesso na prestadora atual.

3. Plano de Serviço, Habilitação e Ativação na Oi

3.1. Durante o Período de Transição da Prestadora Doadora para a Oi, o Solicitante desde já fica ciente que terá o serviço interrompido, até que o

Processo de Portabilidade do Código de Acesso de uma prestadora para outra seja concluído.

3.2. O Solicitante somente poderá usufruir e ter direito à prestação do serviço após a aquisição e habilitação do Oi Chip, mediante adesão ao Contrato de Prestação de Serviços de Telefonia Móvel Pessoal, no Plano de Serviço escolhido por ele, comprovando o conhecimento prévio de suas características, cláusulas e condições.

3.2.1. A habilitação do Oi Chip depende da aquisição de Oi Chip específico para receber o Código de Acesso portado. A aquisição do chip ocorrerá após a aprovação do pedido de portabilidade. Caso o Solicitante deseje, por qualquer motivo, alterar o seu Código de Acesso após a conclusão da Solicitação de Portabilidade para a base da Oi, ele deverá adquirir novo Oi Chip, cuja numeração pertença à base da Oi.

3.2.2. Entende-se por Plano de Serviço o documento que descreve as condições de prestação do serviço quanto às suas características, ao seu acesso, manutenção do direito de uso, utilização e serviços eventuais e suplementares, aos preços associados, seus valores e as regras e critérios de sua aplicação. O Plano de Serviço poderá ser disponibilizado para a adesão do Solicitante através de Oferta. A adesão do Solicitante ocorrerá através da assinatura do Termo de Adesão e Ficha de Pedido respectivos.

3.2.3. No momento da adesão ao Plano, o Solicitante deverá, necessariamente, informar à Oi os dados pessoais exemplificativamente listados adiante, bem como quaisquer outros que a Oi julgue necessários, sendo certa a responsabilidade do Solicitante no que se refere à veracidade das informações: (i) Razão Social; (ii) CNPJ; (iii) Procuração, Contrato Social ou Ata da Assembléia que constitua os poderes do(s) representante(s) legal(is); (iv) Identidade e CPF do(s) representante(s) legal(is); (v) endereço completo do domicílio da pessoa jurídica.

3.2.4. Caso o Solicitante não efetue o cadastro de seus dados, a Oi não realizará a ativação do Oi Chip, sendo impossível sua ativação no novo Plano de Serviço após o Período de Transição.

3.2.5. Para contratação do serviço, o Solicitante deverá também fornecer à Oi os documentos necessários para sua identificação, assim como quaisquer outros documentos que posteriormente a Oi julgue necessários para a manutenção da correta prestação do serviço.

3.2.6. A Portabilidade do Código do Acesso não implica na garantia de adesão a qualquer oferta ou promoção. As adesões às ofertas e promoções vigentes obedecerão aos seus respectivos regulamentos, inclusive no que tange à análise de crédito, viabilidade técnica e demais condições de adesão.

3.2.7. A Portabilidade do Código de Acesso não implica na garantia de contratação de quaisquer facilidades e/ou serviços adicionais que estejam sujeitos à análise de crédito ou de viabilidade técnica.

3.3. A Oi envidará os melhores esforços para que o prazo de interrupção do serviço do Solicitante seja o menor possível, de 2 (duas) até 24 (vinte e quatro) horas.

3.4. A Oi determinará a tecnologia a ser utilizada nas diferentes regiões da sua área de prestação. Caso o Solicitante possua aparelho ou terminal não compatível, incluindo mas não se limitando a aparelho com tecnologia CDMA ou

Pra mais informações, você que é dos estados: SP, AL, BA, CE, ES, MA, MG, PA, PB, PE, PI, RJ, RN, AM, AP, RR, SE, AC, RO, MT, TO, GO, MS, PR, SC e RS ligue 0800 031 0800 ou acesse: www.oi.com.br

TDMA, este deverá adquirir, conservar e manter aparelho ou terminal que esteja certificado pela ANATEL e compatível com a rede da Oi.

3.5. A Portabilidade do Código de Acesso do Solicitante não transfere quaisquer obrigações assumidas pelo Solicitante junto à Prestadora Doadora para a Oi, permanecendo o Solicitante única e exclusivamente responsável pelo cumprimento de tais encargos, incluindo mas não se limitando ao pagamento de multas rescisórias, franquias mensais ou fracionadas, juros compensatórios ou moratórios e correção monetária junto à Prestadora Doadora.

4. Pagamento da Tarifa de Portabilidade

4.1. O Solicitante deverá efetuar o pagamento da Tarifa de Portabilidade, destinada à cobertura de parcela dos custos da Oi com o Processo de Portabilidade, conforme estipulado pela ANATEL, quanto à forma de cobrança e preço, no valor vigente à época de sua Solicitação de Portabilidade, salvo nos casos de mudança de plano de serviço na mesma prestadora.

4.2. A Oi poderá, a seu único e exclusivo critério, promover, de forma não discriminatória e temporária, promoções ou descontos, em valores, formas ou percentuais que entender cabíveis, de modo a otimizar o uso do serviço, sem que isso possa caracterizar novação ou mudança das condições originalmente contratadas ou interpretadas como infração às normas de defesa do consumidor.

4.3. O pagamento da Tarifa de Portabilidade não será devolvido ao Solicitante, nem total, nem parcialmente, uma vez que visa o ressarcimento de custos operacionais da Oi.

4.4. Os valores referentes à Tarifa de Portabilidade serão cobrados na primeira cobrança mensal, em caso de adesão a Plano de Serviço Pós-Pago ou na primeira recarga de créditos, em caso de adesão a Plano de Serviço Pré-Pago.

5. Cancelamento da Solicitação de Portabilidade

5.1. O Solicitante poderá solicitar o cancelamento de sua Solicitação de Portabilidade em até 2 (dois) dias úteis, contados a partir do protocolo de sua Solicitação.

5.2. Caso a Solicitação de Cancelamento seja realizada fora do prazo previsto, a Portabilidade será concluída e o Solicitante terá o seu Código de Acesso migrado para a Oi.

6. Direitos do Solicitante

6.1. Constituem direitos do Solicitante, além dos já previstos neste Termo e na Regulamentação:

(i) exercer o direito de solicitar a Portabilidade de seu Código de Acesso, quando vinculado à prestadora do SMP; (ii) obter tratamento não discriminatório quanto às condições de oferta da Portabilidade; (iii) ser informado adequadamente sobre as condições de oferta da Portabilidade, prazos, facilidades e seus valores; (iv) ter assegurada a privacidade de seus dados pessoais informados quando da Solicitação de Portabilidade; (v) obter reparação pelos danos causados pela violação dos seus direitos, em especial quanto ao direito à Portabilidade.

7. Deveres do Solicitante

7.1 Constituem deveres do Solicitante usuário, além dos já previstos neste Termo e na Regulamentação: (i) levar ao conhecimento da Anatel e da prestadora as irregularidades referentes à Portabilidade de que tenha conhecimento; (ii) usar adequadamente a Portabilidade, bem como os elementos de rede envolvidos.

8. Disposições Gerais

8.1. A Oi se reserva o direito de alterar as condições do presente Termo, procedendo, para tanto, o registro das respectivas alterações em Cartório de Registro de Títulos e Documentos, ou através da assinatura de Termo Aditivo assinado entre as partes.

8.2. A tolerância pela Oi quanto à não-aplicação do que lhe assegura a lei ou o presente

contrato não valerá como precedente, novação ou renúncia de direito quanto a eventuais descumprimentos ou infrações das condições aqui pactuadas.

8.3. Caso sejam editadas novas normas sobre a Portabilidade, estas, a partir de sua entrada em vigor, farão parte integrante e inseparável do presente contrato, revogando-se automaticamente as disposições em contrário.

8.4. Aplicam-se ao presente instrumento todas as definições constantes da regulamentação vigente, em especial as disposições do regulamento do SMP.

9. Foro

9.1. Fica estabelecido que o foro competente para dirimir questões oriundas do presente contrato será o foro do domicílio do autor.